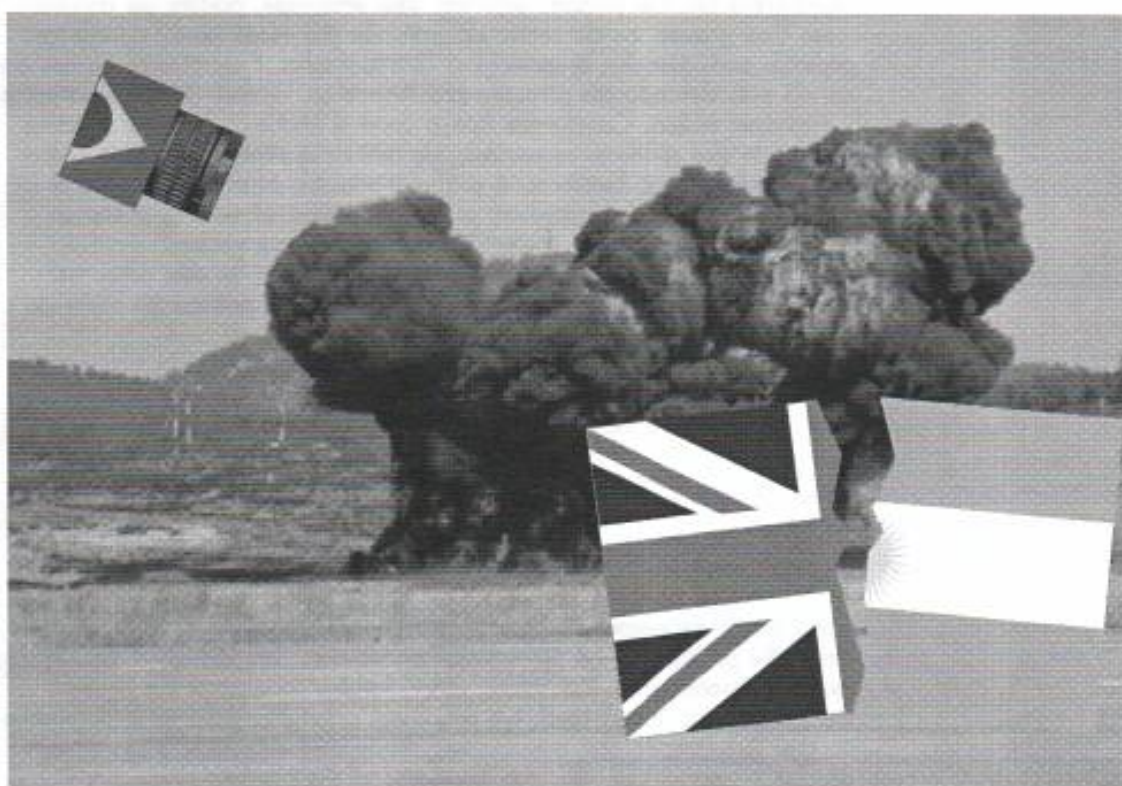


A Posição dos Jornais Brasileiros perante a Guerra das Malvinas



Antônio Lídio de Mattos Zambon

resumo

Este artigo delinea a Guerra das Malvinas ocorrida em 1982, a partir da posição da imprensa escrita brasileira. Discutimos questões teóricas envolvendo o discurso jornalístico para análise das posições dos jornais. A seguir, apresentamos um breve panorama da Argentina e da Grã-Bretanha. Os jornais, segundo seus editoriais, podem ser divididos em dois grupos, os do centro do país, de um modo geral, apresentam posições consideradas simpáticas a Grã-Bretanha. Enquanto os jornais do sul do país defenderam posições pró-Argentina, apesar de condenarem o confronto bélico. Concluimos que a Guerra Malvinas foi uma tentativa frustrada dos militares argentinos, de manter o regime. A vitória militar da Grã-Bretanha, fortaleceu a primeira-ministra Margaret Thatcher e os governistas. Na Argentina, a derrota militar afastou os militares do apoio popular, levando à abertura política.

A imprensa brasileira defendeu posições contraditórias sobre as Malvinas, reflexo das contradições da conjuntura política do momento e de diferentes interesses.

Palavras-chave

Guerra das Malvinas, Posição, Imprensa brasileira.

abstract

This article delineates the War of Malvinas Happened in 1982, starting from the position of the press Brazilian Writing. We discussed theoretical subjects involving the journalistic speed for the analysis of the positions of the newspapers. To proceed, we presented a brief panorama of Argentina and Grã-Britain. The newspapers, its second editorials, they can be divided in two groups, the one the center of the country, in a general way, presented nice considered positions Grã-Britain. While the newspapers of the south of the country defended positions pro-Argentina, in spite of they condemn him I confront warlike. We concluded that the Guerra Malvinas was an Argentinean frustrated attempt of the military ones, of maintaining the regime. The military victory of Grã-Britain, strengthened the first-ministra Margaret Thatcher and the governistas. In Argentina, the military defeat moved away the military of the popular support, taking the political opening. The Brazilian press defended contradictory positions on Malvinas, reflex of the contradictions of the political conjuncture of the moment and of different interests.

Key-words

War of Malvinas, Position, Presses Brazilian.

A importância da Guerra das Malvinas extrapola a disputa pura e simples pela posse das ilhas. Devemos levar em consideração as especificidades internas da Argentina e da Grã-Bretanha e a situação provocada para o Ocidente, quando dois aliados importantes dos EUA entravam em conflito, de certa forma comprometendo o sistema de alianças internacionais. Esta guerra foi o primeiro conflito do século entre um país desenvolvido filiado a OTAN e um país importante da América do Sul.

A Guerra das Malvinas foi um conflito armado iniciado, abruptamente, em 02 de abril de 1982, com a ocupação militar do arquipélago das Malvinas pelas tropas argentinas, provocando a reação da Grã-Bretanha. As hostilidades encerraram em 16 de junho de 1982 com a rendição da Argentina, após 74 dias de guerra.

Este artigo objetiva analisar e caracterizar o conflito das Malvinas a partir da posição dos principais jornais brasileiros e dos analistas que apresentaram opiniões publicadas nos jornais.

Consideramos como ponto de partida a análise comparativa das respectivas posições difundidas. A lógica que estava presente nos textos jornalísticos procurava justificar e dava um sentido a determinadas posições, legitimando-as.

Consultamos editoriais, artigos assinados e análise de conjuntura dos seguintes jornais: *Correio do Povo* de Porto Alegre; *Folha de S. Paulo* de São Paulo; *Jornal do Brasil* do Rio de Janeiro; *O Estado de S. Paulo* de São Paulo; *Zero Hora* de Porto Alegre. O critério primordial para tal escolha foi o da relevância desses periódicos.

Interessa, em síntese, distinguir as posições presentes nos textos impressos em jornais, passando pela apreciação dos argumentos com critérios comparativos, destacando sua importância como fonte histórica, inerente ao seu caráter de formação de opinião.

Essas questões são fundamentais para ampliar a compreensão da posição assumida pela imprensa escrita brasileira nessa contenda. Podem interferir na aproximação ou no afastamento das nações que buscavam a integração, além de proporcionar a análise de questões e argumentos levantados pelos órgãos da imprensa nacional.

Os textos jornalísticos de uma maneira geral, pretendem suscitar aos leito-

res opiniões construídas com certa coerência e inteligibilidade discursiva. Os discursos estabelecem uma história, produzem sentidos.

Os editoriais, artigos de opinião assinados e análises de conjuntura estavam associados à construção de posições, envolvendo de um lado a Argentina, de outro a Grã-Bretanha, que disputavam o direito de posse das ilhas Malvinas.

Os jornais apresentam uma forma mais ou menos comum, exibem editoriais e outras opiniões. Os editoriais têm um caráter persuasivo. A opinião do editor sobre determinada questão ou problema define-se como o julgamento do grupo que mantém o veículo, com o intento de orientar ou conduzir o pensamento social, servindo de roteiro à comunidade. O editorial caracteriza-se pela impessoalidade. A posição assumida fundamenta-se nas convicções filosóficas do grupo, nos interesses econômicos da empresa, em sondagens e pesquisas realizadas nas áreas de circulação e influência do veículo, entre outros aspectos.¹ Portanto, definem a posição do jornal.

Já a opinião do jornalista pode ou não concordar com a posição do editor. Os comentários ou explicações de uma tese fundamentam-se em argumentos e idéias pessoais.² Os colaboradores, pensadores, escritores e especialistas escapam aos limites da ideologia do editor. Seus pontos de vista interessam ao público pela qualidade e relevância dos artigos. Em geral, tanto a opinião do editor, como a do articulista e dos colaboradores, quanto seus efeitos, podem fortalecer ou enfraquecer correntes de opinião e podem conduzir a comunidade à ação.³

Para desenvolver o tema proposto e pela complexidade das questões ligadas a ele, faremos uma leitura analítica das diferentes posições presentes nos principais jornais brasileiros, que apresentavam contradições evidentes, posições essas que não eram neutras, visando reconstruir o conflito das Malvinas e a conjuntura política da Guerra através dos jornais brasileiros.

Os textos jornalísticos, assim como todo discurso político, fundamentam uma verdade, objetivam a construção de uma posição, que era o resultado de lógicas diferentes, que atuavam, às vezes, como metáforas, outras, como analogias, servindo de porta-vozes de grupos sociais.

O discurso de formação de opinião correspondia a jogos de linguagem dife-

¹ BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina/Ari, 1980. p. 19, 51.

² *Ibidem*, p. 52, 64-65.

³ *Ibidem*, p. 70.

rentes, compartilhavam o caráter misto e ambíguo da diversidade de opinião, conforme interesses específicos. Importante distinguir gêneros e tipos de argumentos presentes na "informação escrita". Para Silvia Sigal e Isabel Santi: "Analisar discursos públicos como estes, obriga a dar um passo prévio à procura de uma 'ideologia' e a perguntar-se sobre sua natureza."⁴

O discurso jornalístico apresenta-se estruturado como um texto inteligível. Para Fiorin:

Há no discurso, (...) o campo da manipulação consciente e o da determinação inconsciente. (...) o falante lança mão de estratégias argumentativas (...) para criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade com vistas a convencer seu interlocutor. O falante organiza sua estratégia discursiva em função de um jogo de imagens: a imagem que ele faz do interlocutor, a que ele pensa que o interlocutor tem dele, a que ele deseja transmitir ao interlocutor etc. É em razão desse complexo jogo de imagens que o falante usa certos procedimentos argumentativos e não outros (mas também) pode-se (...) utilizar seus procedimentos de maneira inconsciente.⁵

O discurso, portanto, sofre determinações sociais e coerções ideológicas, organizados através de estratégias argumentativas. Quando se comunica alguma coisa, o enunciador deseja que o enunciatário assimile a informação, mude de comportamento ou de opinião. O discurso crítico, por sua vez, constitui-se a partir dos conflitos e das contradições existentes na realidade social. Em suma, o discurso é um produto histórico e social, que tanto pode ser utilizado como instrumento de libertação ou de opressão, de mudança ou de conservação.

De maneira geral:

O discurso transmitido contém em si, como parte da visão de mundo que veicula, um sistema de valores, isto é, de estereótipos dos comportamentos humanos que são valorizados positiva ou negativamente. (...) os estereótipos só estão na linguagem porque representam a condensação de uma prática social.⁶

Em outras palavras, o discurso é caracterizado pela contextualização, coesão,

coerência, intencionalidade, situacionalidade e intertextualidade.⁷ Em sua leitura e análise, podemos observar as intenções do autor, mas havendo várias leituras possíveis para um determinado texto.

As posições explícitas e implícitas presentes nos textos jornalísticos da época possuíam uma carga ideológica. Entendemos por ideologia o conjunto de idéias, representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens. É elaborada a partir da realidade social. "Ela existe independentemente da consciência dos agentes sociais. É uma forma fenomênica da realidade, que oculta as relações mais profundas e expressa-as de um modo invertido."⁸

Parece fundamental o fato de que todas as análises, sejam quais forem seus suportes teóricos expressos, implicaram um poder de efeitos, que poderiam ser repudiados, consumidos, aceitos como coerentes ou postos em dúvida, quando submetido a certas condições de consumo.⁹

As notícias, pronunciamentos ou declarações tinham a função de preparar a opinião pública, contribuindo de modo decisivo para a formação do pensamento coletivo,¹⁰ uma vez que apresentavam dimensões discursivas e artimanha argumentativa coerentes. A guerra travou-se também entre versões e comunicados, quando era utilizada a intriga, a calúnia, a meia-verdade, a desinformação, a intoxicação ideológica, os apelos à emocionalidade e à exaltação de sentimentos nacionalistas.¹¹

De certa forma, como afirma Lucrecia, a imprensa:

A su vez se volvieron portavoces de las preguntas que el lector medio se hacía sobre los actores, los escenarios y los dispositivos políticos y militares, es decir, sobre la figurativización de la información y sobre la totalidad de la figurativización de la guerra. Y en este sentido estuvieron cercanas a la función que cumplieron los diarios populares (...).¹²

La prensa popular cotidiana se cree investida de una misión, la de encarnar la opinión pública. (...) El diario popular debe traducir en discurso las emociones y las reacciones prestadas a sus lectores en una especie de ventriloquismo (...).¹³

⁴ SIGAL, Silvia & SANTI, Isabel. Do discurso no regime autoritário. Um estudo comparativo. In: CHERESKY, Isidoro & CHINCHOL, JACQUES (orgs.). *Crise e transformação dos regimes autoritários*. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1986. p. 182.

⁵ FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995. p. 18.

⁶ FIORIN, José L. *Idem*, p. 55.

⁷ FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1991. p. 7.

⁸ FIORIN, José L. *Idem*, p. 28-9.

⁹ CHAUVEL, Lucrecia Escudero. *Malvinas: el gran relato fuentes y rumores en la información de guerra*. Barcelona: Gedisa, 1996. p. 42.

¹⁰ BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina/Arí, 1980. p. 21.

¹¹ OLIVEIRA, Cyrino Machado. As duas guerras. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 8 maio 1982. p. 4.

¹² CHAUVEL, Lucrecia E. *Op. cit.*, p. 70.

¹³ Lucrecia E. Chauvel cita na nota 2 da p. 71-2. SERGEANT, J. C. (comp.). *L'information en temps de crise*. Paris, Fondation pour les études de défense national, Hotel National des Invalides. 1989. p. 10.

As palavras acima referiam-se à natureza e ao conteúdo do comentário veiculado nos jornais, que de certa forma satisfaziam as curiosidades, os anseios populares sobre determinado tema.

As notícias de opinião, construídas a partir de artigos assinados ou de editoriais, representaram o registro argumentativo e descreveram as relações de causa/efeito do conflito.¹⁴ Focalizaram alguns de seus elementos, conforme interesses específicos, onde pesava a credibilidade e confiabilidade das análises oferecidas.

Luiz Beltrão definiu opinião como: a "(...) função psicológica, pela qual o ser humano, informado de idéias, fatos ou situações conflitantes, exprime a respeito seu juízo."¹⁵

Cada jornal apresentou sua posição segundo uma estratégia textual, fazendo com que a manipulação pudesse se efetuar sem distorções aparentes, simplesmente estruturando o texto numa seqüência ordenada, mesmo quando apresentavam pontos de vista diferentes, divergentes e contraditórios.

As diferenças de posições, com relação aos dois países em litígio, remetiam a argumentos históricos, geo-políticos, entre outros, conforme as conveniências das empresas jornalísticas, elaborando-se, com hábil sutileza, um trabalho discursivo com esse fim.

Os jornais brasileiros, de modo geral, posicionaram-se defendendo diferentes pontos de vista, afirmando diversas implicações e conseqüências da crise das Malvinas. Não houve uma posição unânime sobre o conflito e os litigantes.

Os diários brasileiros apresentavam os contadores com juízo de valor positivo ou negativo. Ao longo do posicionamento, havia uma grande quantidade de referências a esta oposição (civilização/barbárie; democracia/ditadura, razão/loucura, intransigência/bom senso, entre outras). Em seguida, exaltava os valores considerados superiores. A regra (lógica) aparecia como intenção através de posições assumidas e defendidas.

Em outras palavras, estas informações analíticas tinham um papel básico para a formação da opinião pública. Ou seja, a reta intenção de orientar o leitor. Uma vez que, o alocutário continha um conhecimento comum sobre o tema, que eram, geralmente, visões estereotipadas,

muitas vezes os leitores não percebiam as reais intenções do escritor/locutor.

Em síntese, para chegar à compreensão do texto, "é preciso que o leitor/ alocutário desenvolva habilidades que lhe permitam detectar as marcas que levarão às (reais) intenções do texto".¹⁶ Tendo em mente que as pessoas podem aceitar acriticamente os conteúdos jornalísticos como verdades prontas, quase "inquestionáveis", pois não há razões para duvidar, trata-se de uma tendência natural do ser humano.¹⁷ Além do mais, a comunicação escrita pode orientar o pensamento social, induzir e direcionar políticas públicas.¹⁸ Por outro lado, os leitores podem também rejeitar o material jornalístico e tirar suas próprias conclusões.¹⁹

As conseqüências da produção de um tipo de discurso, e não de outro, são evidentes. Há uma clara intenção de induzir a opinião pública a uma determinada posição, levando a comunidade a assumi-la.

Podemos afirmar que, no essencial, o conteúdo do material jornalístico oscilou entre duas posições antagônicas: uma pró-Argentina e outra pró-Grã-Bretanha, compartilhando da mesma intenção, porém com sentido contrário.

A imprensa escrita, na medida que veicula idéias, conceitos, propostas que são engendrados pelos grupos sociais, constituiu-se como interlocutor de interesses. Dependendo do tratamento dispensado aos temas, procurava formular para toda a sociedade uma determinada visão de mundo, tentando generalizar interesses específicos.²⁰

Primeiro, apresentamos os antecedentes imediatos da situação que gerou o conflito das Malvinas, do ponto de vista da Argentina e da Grã-Bretanha, a fim de situar o leitor na situação de disputa existente entre os dois países.

Na seqüência, expomos a posição dos jornais, frente ao conflito e as nações beligerantes. Em suma, visa diferenciar a posição dos órgãos de imprensa escrita brasileira sobre a Guerra das Malvinas e ao mesmo tempo apresentar considerações sobre os países envolvidos.

As diferenças de posições, com relação aos dois países em litígio, remetiam a argumentos históricos, geo-políticos, entre outros, conforme as conveniências das empresas jornalísticas, elaborando-se, com hábil sutileza, um trabalho discursivo com esse fim.

¹⁴ CHAUVEL, Lucrecia E. Op. cit., p. 83.

¹⁵ BELTRÃO, Luiz. Op. cit., p. 14. Grifos do autor.

¹⁶ Fávero, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais. São Paulo: Ática, 1991, p. 69. Apud FÁVERO, L. L. *competência textual e ensino de leitura*. Anais do V Congresso de Leitura do Brasil: UNICAMP, p. 159-63.

¹⁷ CHAUVEL, Lucrecia Escudero. *Malvinas: el gran relato fuentes y rumores en la información de guerra*. Barcelona: Gedisa, 1996, p. 20.

¹⁸ BELTRÃO, Luiz. Op. cit., p. 53. O autor, referindo-se a busca do leitor de editorial, afirma: "O leitor dos editoriais é um ser perplexo diante da vertiginosa mutação da face do mundo e que busca no jornal a explicação enciclopédica ou profética, de tudo quanto de significativo e decisivo está acontecendo ao seu redor e até mesmo daquilo que vai acontecer."

¹⁹ Beltrão, Luiz. Idem, p. 21. Apud HORTON, Rod W. *A liberdade de imprensa e o leitor livre*. Diário Pernambuco, Recife, dez. 1957.

²⁰ BELTRÃO, Luiz. Idem. Vide VIEIRA, M. do Pilar et al. *Imprensa como fonte para a pesquisa histórica*. In: *Projeto História*, 3. São Paulo: PUC/SP, out. 1984, p. 52.

1 A situação Argentina

Os militares que assumiram o poder em 1976 pela força, transformaram a sociedade argentina em refém do Estado. A partir de 1980 passaram a contemplar uma abertura limitada, com a institucionalização política controlada, através de acordos com dirigentes políticos, na perspectiva de chegar a uma democracia limitada. Tal política teve vida curta, em função da reação de diferentes setores. A crise econômica explodia, contribuindo para isolar o regime de suas bases sociais.

A efêmera presidência do general Roberto Viola deu a impressão de abrir o caminho para um compromisso com os partidos políticos. Essa perspectiva, porém, agudizou os conflitos internos dos militares, levando a destituição do presidente Viola, substituído pelo comandante-em-chefe do Exército, o general Leopoldo Galtieri. Galtieri encerrou a limitada abertura política, adotou o liberalismo econômico e o alinhamento incondicional com os EUA.

A orientação do governo respondeu às demandas dos oficiais de alta graduação, que desejavam retardar a transição, com a esperança de uma melhora na situação econômica e uma saída política que desse continuidade ao regime. Os entendimentos com os partidos foram sendo suspensos e a tensão social acentuou-se. Aconteceram inclusive manifestações de rua, reprimidas pelo governo.

A complexa crise argentina manifestava-se com a crescente inflação, adoção do monetarismo liberal, instabilidade e inconformidade político-social, falta de legitimidade política e apoio social, associada a perda da capacidade produtiva das indústrias (o que gerava desemprego), rebaixamento do nível de vida da população, alta dos gêneros de primeira necessidade, somados a incapacidade administrativa, excesso de despesas públicas (14% do PIB), endividamento externo, belicismo, denúncias de tortura e desaparecidos durante o governo da Junta.²¹

O regime sob o comando do general Galtieri, buscando uma solução política para a crise interna, ocupou as ilhas Malvinas²², cuja soberania estava em negociações com a Grã-Bretanha, a pretexto de defender alguns operários argen-

tinhas que trabalhavam temporariamente nas ilhas, criando um conflito diplomático.²³ Com isso, criou-se o fato aglutinador que teve efeitos de unificação nacional total. Uma onda de nacionalismo mobilizou a população, que aprovou a atitude dos governantes de recuperar as ilhas.

Os militares argentinos pensavam que a Grã-Bretanha não enviaria sua força-tarefa a um local tão distante, pois esperavam que os ingleses não contariam com o apoio dos EUA. Afinal a Argentina vinha dando sustentação à política norte-americana na América Central e apostava no acordo formalizado pelo TIAR que determinava a solidariedade entre todos os países americanos em caso de agressão externa.²⁴ Os EUA, no entanto, não deram o apoio aguardado e apenas procuraram mediar uma solução pacífica. A situação, como apresentava-se, colocou a Casa Branca numa encruzilhada: escolher entre dois aliados, um na OEA e TIAR - Argentina; outro na OTAN - Grã-Bretanha. A posição assumida pelos EUA comprovavam seus interesses - a defesa de um aliado da OTAN - e revelou que os acordos internacionais, eram apenas para defender sua preponderância sobre a América Latina.

A Guerra das Malvinas ensejou uma virada na lógica do poder. A aventura militar apresentou-se como atendimento aos desejos do povo, quando o regime assumiu uma mobilização populista. Esse referencial de legitimidade popular comprometeu o regime, porque se as negociações obrigassem uma retirada, supostamente, colocaria-se contra a população. O fracasso da guerra seria o fim do regime, pois seria impossível retomar ao autoritarismo anterior.

As tropas argentinas ocuparam militarmente as ilhas Malvinas. A partir de então iniciou-se um processo de negociação, visando evitar o conflito armado. Não se encontrando uma solução negociada, ocorreu o confronto militar. A Grã-Bretanha enviou para o Atlântico Sul sua força tarefa. Após 74 dias de confronto, a Argentina rendeu-se e o arquipélago retomou a soberania britânica.

Com a desastrosa iniciativa bélica e a derrota militar, assistiu-se a uma crise do regime autoritário, levando a queda do general Galtieri.

Aos novos dirigentes militares restou administrar as questões em curso e preparar a transferência do poder aos civis. Mesmo com enfrentamentos internos,

²¹ AZAMBUJA, Péricles. **Falkland ou Malvinas**: o arquipélago da discórdia. Caxias do Sul: EDUC, 1988. p. 163-64.

²² As ilhas Malvinas são ilhas situadas sobre o Meridiano 60°, descobertas em 1592 pelo navegador inglês John Davis. Em 1690 John Strong deu-lhes a denominação Fulkland. De Bougainville ocupou as ilhas em 1764, declarando-as incorporadas à coroa da França e nelas deixando algumas pessoas, sendo rebatizadas ilhas de Malouines. Daí a designação espanhola Malvinas. A Espanha consegue a cessão mediante acordo que previa a compensação monetária em 1766. Desta data até a independência da Argentina, em 1810, as Malvinas ficaram sujeitas à soberania espanhola. A Argentina formaliza a soberania sobre as ilhas, como sucessora das possessões espanholas na região de *jure* e *de facto*, por decreto de 1831. Em 1833, são forçados a entregá-las a Grã-Bretanha, que lá se instala e permanece até a operação militar argentina de abril de 1982. A Argentina protesta constantemente, desde 1833, contra a ocupação britânica. JAGUARIBE, Helio. **Reflexos sobre o Atlântico Sul**: América Latina e Brasil ante a desarticulação do sistema interamericano. Rio de Janeiro: Paz e Terra/IEPES, 1985. p. 12-13.

O arquipélago das Malvinas é formado pelas ilhas Malvinas Leste, Malvinas Oeste, Georgia do Sul e Sandwich, totalizando, 12.173 km², situadas a 400 km da costa argentina, conforme SOARES, Jurandir. **Malvinas: riqueza da Antártida é o ponto fundamental. Correio do Povo**. Porto Alegre, 4 de abr. 1982. p. 49.

²³ BEIRED, José Luis Bendicho. **Breve história da Argentina**. São Paulo: Ática, 1996. p. 78.

²⁴ Idem.

os militares mantiveram poder. Os líderes políticos que aderiram à política oficial, temendo o isolamento frente à onda populista e nacionalista, nesse momento, não puderam constituir uma alternativa. Também submergiram na derrota dos militares.

A transição argentina foi longa e agitada, iniciando com o fracasso da Guerra das Malvinas. O governo tratou de organizar uma retirada em ordem. Mas, apesar de estarem deixando o governo, os militares não abandonaram totalmente o poder.

2. A Grã-Bretanha

No período imediatamente anterior, à Guerra das Malvinas a Grã-Bretanha, estava sob o controle político do Partido Conservador, representado pela primeira-ministra Margaret Thatcher, que vencera as eleições de 1979, com promessas de recuperar valores esquecidos do império vitoriano e dar novo senso de patriotismo aos britânicos, além de tornar o país como outrora, poderoso na política externa.

O governo Thatcher caracterizou-se como um governo forte, até mesmo com atitudes autoritárias, e também privatizante, dando total liberdade à iniciativa privada. Em outras palavras, Thatcher inaugurou o chamado neoliberalismo²⁵ na Grã-Bretanha.

Nas questões de política externa, alinhou-se muito mais com os EUA do que com os países europeus, servindo até mesmo de intermediária na aproximação entre Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev.²⁶

Ao mesmo tempo, procurou recuperar o patriotismo britânico, atacando o que considerava os problemas primordiais do país, tais como: excesso de gastos governamentais, altos impostos diretos, igualitarismo, nacionalização, politização sindical e cultura antiempresarial. "De imediato, o governo passou a reduzir seus gastos com a educação, saúde, casas populares e a indústria, mas não poupou recursos para gastos militares e com a ordem pública."²⁷

Com isso, a ortodoxia monetarista adotada pelo governo conservador inglês reduziu o apoio popular. O objetivo era controlar a inflação, mas tais medidas não deram resultado. A inflação cresceu entre 1980-81, juntamente com a recessão econômica, houve impopularidade do governo e discórdias entre a equipe ministerial, o que provocou demissões.²⁸

A súbita ocupação das ilhas Malvinas pelos militares argentinos ajudou o governo britânico, que aceitou a briga. Rompeu relações diplomáticas e, com o fracasso das negociações, declarou guerra à Argentina. O país mobilizou-se num clima de patriotismo, pronto para uma operação militar visando recuperar as ilhas²⁹, revitalizando a antiga potência habituada a combater. O clima de guerra e a operação bélica sacudiu o país. A produção melhorou, a inflação caiu, o consumo e as exportações aumentaram.

Thatcher aproveitou-se da situação para obter triunfos políticos, mobilizou em seu proveito o patriotismo britânico, adotando uma política belicista.³⁰ Valorizou-se a importância estratégica do Atlântico Sul, no caso, das Malvinas, como excelente base de operações e rota de abastecimento dos superpetroleiros do Ocidente e dos EUA³¹, que navegavam entre o Golfo Pérsico e a Europa Ocidental, como acesso à Antártida, como área de comunicação entre o Atlântico Sul e o Pacífico e como fonte de recursos naturais.³²

A Grã-Bretanha ganhou força no cenário europeu e passou a ser mais respeitada pelos EUA. A Guerra das Malvinas serviu para fortalecer os governistas ingleses e destacar Thatcher na política mundial. Na Grã-Bretanha ocorreu exatamente o contrário do que ocorreu na Argentina: enquanto o governo britânico se fortalecia, o governo argentino enfraqueceu e caiu.

3. A posição dos jornais

Destacamos a posição das empresas jornalísticas, pois as distinções entre os jornais são evidentes. Apesar das diferenças de posições nos editoriais, também percebemos traços comuns. De um modo geral, os jornais do centro do país defenderam posições que consideramos simpáticas a Grã-Bretanha. Já, os jornais do sul do país posicionaram-se, com sutileza, próximo aos interesses da Argentina.

Em seguida, apresentamos a posição da imprensa escrita brasileira como um todo, incluindo na mesma análise artigos assinados, análises de conjuntura e editoriais, separados em pró-Argentina e pró-Grã-Bretanha, com o objetivo de mostrar como os jornais brasileiros construíram suas posições, justificativas e ar-

²⁵ No início dos anos 80, os ideais do liberalismo econômico eram: participação mínima do Estado na economia, livre comércio internacional sem barreiras alfandegárias. Ou seja, a livre concorrência e a "ditadura" do mercado reaparecem maqueados e renovados como uma alternativa à crise do capitalismo, com a denominação de neoliberalismo. Nesta visão, o Estado ficaria restrito às atividades consideradas prioritárias como a saúde e a educação, pela privatização das empresas estatais, redução da participação governamental na sociedade. A estabilidade econômica e liberalização comercial seriam a chave para a superação dos problemas do capitalismo. In: SANTOS, Milton et al. 2. ed. **O Novo Mapa do Mundo: fim de século e globalização**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994, p. 179.

²⁶ PIRES, Luiz Zini. A era Thatcher. **Zero Hora**, Porto Alegre, 9 dez. 1990, p. 1. C. D.

²⁷ Idem, p. 2.

²⁸ MEDIAÇÃO de Washington. **Correio do Povo**, Porto Alegre: 8 abr. 1982, p. 4. Vide GUERRA e economia. **Correio do Povo**, Porto Alegre: 30 abr. 1982, p. 4.

²⁹ LONDRES ameaça com operações militares. **Zero Hora**, Porto Alegre: 3 abr. 1982, p. 23.

³⁰ Thatcher e o Partido Conservador, aproveitando-se da vitória sobre os argentinos na questão Malvinas, convocaram eleições em 1983, ganhando-as com facilidade.

³¹ FRONTEIRA exposta. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro: 15 maio 1982, p. 10. Vide É A ÚLTIMA conquista de uma série? **Zero Hora**, Porto Alegre: 3 abr. 1982, p. 24. CARLOS, Newton. Um regime em crise vai para o confronto. **Zero Hora**, Porto Alegre, 3 abr. 1982, p. 25.

³² Dentre os recursos naturais das ilhas Malvinas destacam-se: krill, algas, petróleo, gás natural, metais tais como, manganês, ferro, cobre, cobalto e níquel, além disso, tem importância econômica a criação de gado e ovelhas.

O discurso chegava ao leitor num texto inteligível, habilmente articulado sem fissuras. A grande operação ideológica consistia em apresentar a matéria jornalística como de conteúdo neutro.

gumentos sobre a Guerra das Malvinas.

As posições delineadas nos jornais possuíam uma carga ideológica, obedeciam a determinada estratégia textual e apresentavam diferentes pontos de vista, implicações e consequências da crise das Malvinas, no que se refere ao conflito e as nações beligerantes.

Cada jornal sustentou posições com relação aos litigantes, buscando subsídios em argumentos históricos, geo-políticos, econômicos, entre outros. A leitura dos textos jornalísticos relacionados a questão das

Malvinas apresentava as contradições da sociedade brasileira, reproduzidas através das diferentes interpretações do conflito. Os diários brasileiros apresentavam os litigantes conjecturando valores. Uma das partes envolvidas no conflito com valores contestáveis, incoerentes e descumpridores do direito internacional; outra, com méritos, racionais, portadores do direito e do bom senso, as vítimas. Nos

posicionamentos havia muitas referências a esta oposição. Exaltava-se os valores considerados nobres.

De modo geral, podemos agrupar as posições dos jornais brasileiros expressas através de seus editoriais em dois grupos: de um lado as posições mais próximas da reivindicação Argentina, de outro as posições afinadas com a Grã-Bretanha.

Os jornais (*Correio do Povo e Zero Hora*, ambos de Porto Alegre) posicionaram-se, com prudência, favoráveis às pretensões argentinas, mesmo criticando o uso da força. Defendiam o direito argentino às Ilhas Malvinas, mas não a contenda, consideravam a negociação como a melhor opção e destacaram o papel da diplomacia brasileira no sentido de procurar solução pacífica para o litígio. Contudo, reconheciam a intransigência inglesa que bloqueava reiteradamente a saída negociada, via ONU.

Os demais jornais analisados (*Folha de S. Paulo* de São Paulo, *Jornal do Brasil* do Rio de Janeiro e *O Estado de S. Paulo* de São Paulo) defendiam posições que podemos considerar como pró-Grã-Bretanha. A produção discursiva desses órgãos de imprensa descreviam e analisavam a situação justificando a posição inglesa, nos seguintes termos: apre-

sentavam a Argentina como agressora, intransigente e aventureira. Os malvinenses se consideravam britânicos, falavam inglês. O governo argentino agrediu visando reforçar a ditadura militar impopular e não aceitou mediações. Galtieri buscava compensar a ausência de legitimidade interna. Ao mesmo tempo, seria responsável pelo esfacelamento do sistema de alianças interamericano. A nação civilizada e agredida, a Grã-Bretanha, sem alternativas, recorreu ao uso da força para restabelecer um Direito.

Contudo, apesar das posições diferenciadas até mesmo conflitantes dos jornais brasileiros estudados, em alguns aspectos, como no que se refere a fragilidade e os reflexos sobre o sistema interamericano, apresentaram opiniões muito semelhantes.

De um modo geral, os jornais do sul do país posicionaram-se, com sutileza, simpáticos aos interesses da Argentina até mesmo pela proximidade geográfica e afinidades culturais. Já os jornais do centro do país defenderam posições que consideramos pró-Grã-Bretanha, talvez pela distância da zona de conflito e por avalizar a noção de civilidade européia e estadunidense.

Em suma, as posições contraditórias brasileiras sobre o episódio das Malvinas podiam ser consideradas como um reflexo dos desencontros e rivalidades históricas, sintomáticas no relacionamento argentino-brasileiro. Estas contradições eram amplificadas através dos órgãos de imprensa nacional, que reservaram importante espaço a este conflito.

Considerações finais

A partir do conflito argentino-britânico, surgiram muitos alertas, avisos e possibilidades de mudanças positivas pautadas nas lições e no efeito Malvinas.

Evidenciaram-se as verdadeiras intenções dos militares argentinos. A junta governamental argentina decidiu desembarcar tropas nas ilhas Malvinas de posse dos ingleses, tentando manter o regime moribundo e conseguir apoio, visando explorar os sentimentos nacionalistas da população e apresentar-se como legítimos defensores dos interesses nacionais.

A Grã-Bretanha encontrava-se em dificuldades econômicas com a implementação do projeto neoliberal. A ocupação das ilhas Malvinas pelas tropas argentinas

de certa forma beneficiou o governo Thatcher, que organizou uma operação de guerra visando recuperar as ilhas. O clima de guerra sacudiu o país, amenizando a situação econômica. A primeira-ministra britânica aproveitou-se da situação para obter triunfos políticos internos e externos.

A indústria das comunicações produziu diferentes tipos de discursos que poderiam tornar-se verdadeiros, pois foram construções feitas a partir da realidade. A sua análise apresentava verdades discursivas, resultado de relatos, declarações, da alternância e contraste de versões. O discurso chegava ao leitor num texto inteligível, habilmente articulado sem fissuras. A grande operação ideológica consistia em apresentar a matéria jornalística como de conteúdo neutro.³³

Muitas análises formavam um conjunto de informações simplificadas e estereotipadas que pressupunham um conhecimento anterior sobre o tema discutido.

Cada uma das posições difundidas, num sentido mais amplo, filiava-se a um complexo jogo de interesses.

De um lado, as posições que se afinavam com a Argentina, claramente vinculadas ao pan-americanismo e ao mundo não-desenvolvido, de união das nações do Sul, contra os opressores do Norte numa cruzada anticolonialista, de busca da integração latino-americana, de efetiva concretização do sistema de alianças continental e a busca de maior autonomia frente às nações do Norte, mas com sérias restrições ao governo argentino.

De outra parte, pró Grã-Bretanha, apresentaram-se como defensores da "civilidade" britânica, do fortalecimento dos vínculos com a Europa, EUA e demais países desenvolvidos, com fortes críticas ao regime militar argentino e menosprezando os países latino-americanos.

A Guerra das Malvinas gerou fatos capazes de provocar uma reavaliação de estratégias, tanto internas, quanto das relações internacionais dos países da América Latina.

As linhas de pesquisa podem levar a vários rumos, mas, em última análise, todas devem permitir entender melhor como a palavra impressa moldou as tentativas de compreensão de determinado episódio.³⁴

Referências Bibliográficas

AGUIRRE, Pedro Lecueder. **A guerra das Falkland analisada através da expressão do poder militar e suas conseqüências no poder nacional da Grã-Bretanha e da Argentina e nas relações internacionais contemporâneas**. Pesquisa acadêmica, mimeografado, 1983.

AZAMBUJA, Péricles. **Falkland ou Malvinas: o arquipélago contestado**. Caxias do Sul: EDUC, 1988.

BANDEIRA, Moniz. **Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)**. São Paulo: Ensaio, 1993.

BEIRED, José Luis Bendicho. **Breve História da Argentina**. São Paulo: Ática, 1996. (Princípios, 255).

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1980.

CARLOS, Newton. Um regime em crise vai para o confronto. **Zero Hora**, Porto Alegre, 3 abr. 1982, p. 25.

CHAUVEL, Lucrecia Escudero. **Malvinas: el gran relato fuentes y rumores en la información de guerra**. Barcelona: Gedisa, 1996.

CHERESKY, Isidoro & CHONCHOL, Jacques (orgs.). **Crise e transformação dos regimes autoritários**. Campinas: Ícone/UNICAMP, 1986.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. (tradução Denise Bottmann). São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

É A ÚLTIMA conquista de uma série? **Zero Hora**. Porto Alegre: 3 abr. 1982, p. 24.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Ática, 1991. (Princípios, 206).

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**, 4. ed. São Paulo: Ática, 1995. (Princípios, 137).

FRONTEIRA exposta. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro: 15 maio 1982, p. 10.

³³ Imprensa como fonte para a pesquisa histórica. In: VIEIRA, M. do Pilar et al. **Projeto História**, 3. São Paulo: PUC/SP, out. 1984, p. 54. Vide BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1980, p. 70.

³⁴ DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 130.

GUERRA e economia. **Correio do Povo**. Porto Alegre: 30 abr. 1982. p. 4.

JAGUARIBE, Helio. **Reflexos sobre o Atlântico Sul**: América Latina e Brasil ante a desarticulação do sistema interamericano. Rio de Janeiro: Paz e Terra/IEPES, 1985. (Debates, v. 3).

LONDRES ameaça com operações militares. **Zero Hora**. Porto Alegre: 3 abr. 1982. p. 23.

MEDIAÇÃO de Washington. **Correio do Povo**. Porto Alegre: 8 abr. 1982. p. 4.

PIRES, Luiz Zini. A era Thatcher. **Zero Hora**. Porto Alegre, 9 dez. 1990. p. 1. C.D.

RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e Relações Internacionais**. 4 ed. revis. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

ROQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. (tradução Leda Rita Cintra Ferraz). São Paulo: Alfa-Omega, 1984. (Esta América, V. 16). Original *L'Etat Militaire en Amérique Latine*.

O extremo-ocidente: introdução à América Latina. (tradução Mary Amazonas Leite de Barros). São Paulo: USP, 1991. (Base, v. 1).

RUFIN, Jean-Christophe. **O Império e os Novos Bárbaros**. (tradução André Amado). 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1991.

SANTOS, Milton et al. **O Novo Mapa do Mundo**: fim de século e globalização. 2. ed. São Paulo: HUCTEC/ANPUR, 1994.

SIRKIS, Alfredo. **A Guerra da Argentina**. Rio de Janeiro: Record, 1982.

VIEIRA, M. do Pilar et al. **Projeto História**. 3. São Paulo: PUC/SP, out. 1984.

Endereço do autor:
Rua Tuiuti, 857- apto 42
CEP 97015-661 Fone: 55 223-4772
Santa Maria-RS